



Assembleia
Estadual
06/08

INTERSINDICAL DOS ELETRICITÁRIOS DE SC

LINHAVIVA

Nº 1320 - 14 de julho de 2016



·IMPRESSO·

Do Balaio de siri para a

PRISSÃO



*Após 5 anos, denúncia no
Linha Viva gera prisões por
fraude em licitações na Celesc*

PG. 2-3

Eletrobras: de volta à

LEIA NA PG. 2

MESA

Trabalhadores suspendem greve e retomam negociação com Eletrobras



DE VOLTA À MESA DE NEGOCIAÇÃO

Trabalhadores suspendem greve e retomam negociação

Em uma nova demonstração de boa vontade e disposição para o diálogo a fim de solucionar o impasse nas negociações do ACT2016/2017, o Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) realizou assembleias no dia 11 de julho, para deliberar sobre a suspensão da greve já deflagrada na maioria das empresas do Grupo Eletrobras. As assembleias rejeitaram a proposta da Eletrobras para o acordo, enviada ao CNE por e-mail no dia 07 de julho, no entanto, deliberaram pela suspensão da greve e pela retomada da negociação entre a Eletrobras e o CNE. Conforme o relato de dirigentes sindicais, as assembleias foram marcadas por uma grande participação dos trabalhadores e por grandes debates, de onde pode se concluir que a categoria dos eletricitários está dando um último voto de confiança no processo negocial, ao mesmo tempo em que busca aglutinar as forças e unificar ainda mais a luta. As assembleias apenas suspenderam a greve que pode ser retomada, caso a reunião de negociação com as entidades sindicais marcada pela Eletrobras para o dia 14 de junho seja simplesmente uma nova tentativa de enganar os trabalhadores, como a

empresa tem feito, desmarcando reuniões, ou simplesmente apresentado propostas completamente descabidas no atual estágio da negociação. As assembleias serão reabertas no dia 18 de julho para avaliação dos resultados. A responsabilidade agora é da Diretoria da Eletrobras e das demais empresas do grupo por apresentar uma solução para o impasse, uma vez que os trabalhadores não reivindicam nada além de um ACT justo, que contemple as perdas salariais já ocorridas e mantenha direitos conquistados.

A greve no setor elétrico traz enormes riscos a toda a sociedade com possibilidades de repercussão negativa para todos, do ponto de vista social, político e econômico. Mas ainda assim, se constitui em direito legítimo dos trabalhadores como último recurso na defesa de seus interesses. Por esta razão, é louvável a incansável tentativa dos trabalhadores que tem demonstrado paciência, maturidade e responsabilidade diante de todo o descaso com que estão sendo tratados pela Direção da Eletrobras e pelo Governo. Informes sobre a rodada de negociação deverão ser divulgados através dos boletins das entidades sindicais.

LEI DAS ESTATAIS SERÁ CONTESTADA POR ADIN

Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas fará Ação Direta de Inconstitucionalidade

A Lei de Responsabilidade das Estatais, foi sancionada no dia 30 de junho, pelo governo interino, com dez vetos. Na avaliação da coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, Maria Rita Serrano, é preciso destacar que a forte mobilização dos movimentos sindical e social contra o projeto (PLS 555 no Senado e PL4918 na Câmara) conseguiu excluir cláusulas que facilitavam a privatização das empresas públicas. No entanto, há problemas que persistem, e haverá contestação por intermédio de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin). Entre os problemas restantes no texto existem contradições como a restrição à participação dos trabalhadores nos conselhos - quando há uma lei que

garante essa eleição - e o vício de origem no projeto, que por seu teor deveria ser iniciativa do Executivo e não do Legislativo, como ocorreu. Esses dois pontos serão destacados no Adin. Além disso há itens que amarram o desempenho das estatais e dificultam a concorrência em condições de igualdade com outras empresas.

A luta contra o Estatuto das Estatais, iniciada no ano passado e que originou a criação do comitê e o lançamento da campanha "Se é público, é para todos", ganhou alcance internacional, já que a campanha será adotada também pela UNI Americas Finanças em países da América Latina. No País, terá prosseguimento em vários estados e regiões.

UNIR OS TRABALHADORES É FUNDAMENTAL

Caravana da Intercel debate rumos do ACT com celesquianos

Diante de um ano bastante complicado, os trabalhadores da Celesc se preparam para definir a pauta de reivindicações do Acordo Coletivo de trabalho 2016/17.

Desde o início da semana os diretores dos sindicatos que compõem a Intercel estão percorrendo os locais de trabalho em todo o estado, conversando com os trabalhadores sobre a realidade da negociação coletiva este ano. Com a política nacional conturbada, os trabalhadores entram em campanha de data-base com os políticos brasileiros buscando novamente alienar o patrimônio público, retomando as privatizações.

Além disso, pressionados pela manutenção da concessão, os trabalhadores precisarão de muita união para lutar em defesa de seus direitos. Nos últimos anos os celesquianos tem lutando constantemente contra a retirada de direitos, buscando dignidade na negociação do Acordo Coletivo.

Por isso é de grande importância que os celesquianos se organizem e participem da Assembleia Estadual, em Rio do Sul. Além de definir a pauta de reivindicações que será negociada com a Diretoria da empresa, a Assembleia Estadual é o maior ato político dos trabalhadores da Celesc. Uma grande participação, unificando os anseios dos trabalhadores é o primeiro sinal de que os eletricitários catarinenses entram fortes nesta campanha de data base para lutar por um ACT justo.



Do balaio de siri à

DENÚNCIA PUBLICADA NO JORNAL LINHA VIVA GERA PRISÕES POR FRAUDE EM LICITAÇÕES

A primeira denúncia foi feita há 5 anos, em véspera de Assembleia Estadual dos trabalhadores da Celesc. De lá para cá o trabalho silencioso de investigação deixou muitos desacreditados, mas deu resultado.

Na última semana os jornais de Santa Catarina e do Brasil noticiaram a prisão de 6 pessoas por supostas fraudes em licitações da Celesc. A prisão, efetuada pela Polícia Civil é parte da Operação Black Out, que investiga crimes que podem chegar a R\$ 645 mil reais.

A notícia não surpreendeu os dirigentes sindicais, afinal de contas, foi através de denúncia do Linha Viva, protocolada no Ministério Público, na DEIC de na auditoria interna da Celesc que esta investigação teve início. Apesar da Celesc tomar para si os créditos da denúncia, a verdade é que foram os trabalhadores da empresa e os sindicatos da Intercel que identificaram e denun-

ciaram a falcatura. Entre os presos pela polícia estão um empregado e um ex-empregado da empresa. Antônio dos Santos e Arthur da Rosa Santos foram

"Apesar da Celesc tomar para si os créditos da denúncia, a verdade é que foram os trabalhadores da empresa e os sindicatos da Intercel que identificaram e denunciaram a falcatura"

identificados como "cabeças" do esquema, onde documentos falsos eram forjados como serviço emergencial, dispensando licitação e realizando paga-

mentos de trabalhos nunca realizados.

Antônio dos Santos saiu da empresa aposentado, antes da conclusão do inquérito administrativo. O caso de Arthur da Rosa Santos, que também é vereador em Pescaria Brava (PMDB) é mais grave. Após a denúncia do LV o inquérito administrativo concluiu com a orientação de que a Diretoria da empresa deveria demitir o funcionário, por justa causa, pelas fraudes contra a Celesc. Esta orientação é de 2012. Aliás, a demissão de Arthur está assinada desde lá, mas até hoje a Diretoria não efetuou a demissão. Por quê?

A verdade é que agora este caso terá diversos desdobramentos. A prisão de 6 pessoas ligadas às fraudes na Celesc é o pontapé para maiores investigações e noticiaremos sucessivamente as informações que temos sobre o caso. A moralização da empresa é também parte da luta para mantê-la pública!

PRISÃO

Denúncia foi feita em 2011

Em 2011 os sindicatos que compõem a Intercel publicaram na edição nº 1089 uma grave denúncia: o direcionamento de serviços emergenciais executados no sistema de telecomunicações da Celesc. Os documentos avaliados pela equipe do LV demonstravam uma série de irregularidades em notas de serviços emergenciais. As quatro notas que constavam na primeira denúncia haviam sido emitidas sequencialmente, todas no dia 28 de dezembro de 2010. O cadastro da empresa junto à Celesc havia sido feito no dia anterior. No final, o golpe: o sistema SAP acusou que as quatro notas foram lançadas para pagamento no dia 30 de dezembro por um funcionário que, habitualmente, não fazia este tipo de função. Elas ainda foram estornadas e, em seguida, liberadas para pagamento. A denúncia de irregularidades foi levada pela Intercel para o Ministério Público, DEIC e auditoria da Celesc. Mas não parou por aí. Este foi apenas o primeiro Siri do balaio. Nas edições seguintes do Linha Viva o caso se enrolou mais um pouco. Outras empresas vieram penduradas no balaio. O esquema era o mesmo: forjar documentos que justificassem a execução de serviços emergências.

Foi com base nestas matérias e na denúncia feita pelos sindicatos da Intercel ainda em 2011 que a Polícia Civil efetuou a investigação e prisão dos envolvidos. A Celesc, que segundo informações do G1, afirmou ter sido a responsável da denúncia até o fez, mas muito tarde. A denúncia da Celesc é de 2014 e só foi feita após a série de reportagens da RIC TV, também com base nas informações publicadas no Linha Viva.



NAS MÃOS DE TODOS

Seminários Regionais tem relatório publicado

Foi publica na última segunda-feira, dia 11, o relatório dos Seminários Regionais. Organizados em conjunto pelos sindicatos da Intercel e pelo Representante dos Empregados no Conselho de Administração da Celesc, os seminários debateram a gestão da empresa, a atuação sindical e a trajetória da representação dos trabalhadores no Conselho.

Além de retratar os debates feitos pelos participantes, o relatório dos seminários é um guia para uma atuação sindical mais próxima dos desejos dos celesquianos. O documento também é de suma importância para a manutenção da concessão da Celesc, uma vez que complementa os diagnósticos das regionais feito através de relatos dos trabalhadores ao LV. Por fim, avalia o mais importante espaço representativo dos trabalhadores.

Leitura obrigatória para todos os celesquianos.



Linha Viva é uma publicação da Intersindical dos Eletricitários de SC
 Jornalista responsável: Paulo G. Horn (SRTE/SC 3489)
 Conselho Editorial: Mario Jorge Maia
 Rua Max Colin, 2368, Joinville, SC | CEP 89216-000
 (047) 3028-2161 | E-mail: sindesc@terra.com.br

As matérias assinadas não correspondem, necessariamente, à opinião do jornal.

REPÚDIO

Entregar o pré-sal para a ganância das multinacionais é uma traição ao Brasil e ao seu povo

*** DOCUMENTO ARTICULADO PELOS PARTICIPANTES DE DEBATE REALIZADO EM JOINVILLE NO DIA 08 DE JULHO DE 2016: “AÇÃO SINDICAL E NEGOCIAÇÃO COLETIVA NA ATUAL ENCRUZILHADA BRASILEIRA”, PROMOVIDO PELAS CENTRAIS SINDICAIS DE SANTA CATARINA E O DIEESE.**

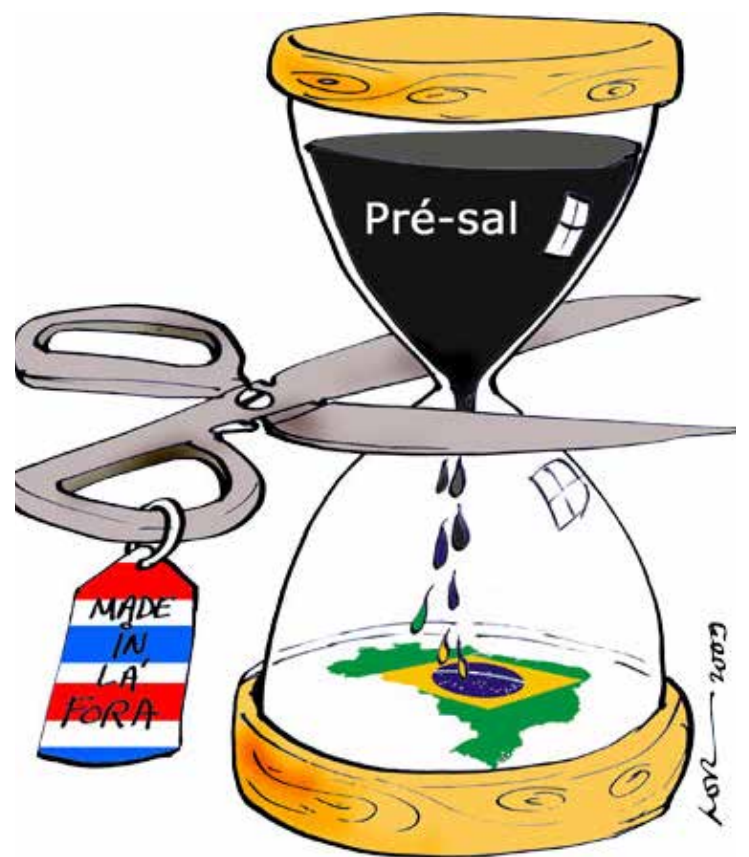
No dia 07 de julho a Comissão Especial da Petrobras e Exploração do Pré-Sal da Câmara dos Deputados aprovou o texto-base do Projeto de Lei 4567/16, que retira a obrigatoriedade da Petrobrás ser a operadora única de áreas sob regime de partilha de produção no pré-sal. Ou seja, o Projeto de Lei põe fim à exclusividade da Petrobras na exploração dos recursos do Pré-Sal, que é uma imensa vantagem estratégica para a estatal brasileira. O PL segue agora para votação no Plenário da Câmara, onde pode ser aprovado com maioria simples dos votos. Dada a composição da Câmara de Deputados, é muito difícil reverter esse resultado em plenário.

O PL 4567/2016 tem origem em uma proposta aprovada em fevereiro no Senado, o PLS 131/2015, do então senador José Serra (PSDB/SP), que atualmente é ministro de Relações Exteriores do governo golpista. Em 2010, quando candidato a presidente, Serra tinha prometido à Chevron e às outras multinacionais, acabar com o regime de Partilha que rege a exploração do Pré-Sal. O referido projeto de lei, se aprovado, abre a participação estrangeira na exploração do pré-sal, do jeito que as multinacionais querem, ou seja, deixando o mínimo da renda petroleira para o Brasil. No atual regime de partilha, a Petrobras é responsável por, pelo menos, 30% da operação de cada bloco contratado para a exploração e a produção de petróleo e gás da camada.

Pelo projeto, a aprovação e palavra final de quem será o operador da exploração dos poços ficará sob o crivo da presidência da República, neste momento ocupado por um usurpador. Isso significa que, mesmo que a Petrobrás decida permanecer com 30% de determinada produção do consórcio vencedor, é o presidente quem decidirá, realmente, se a Petrobras participa. A aprovação do projeto cumpre um objetivo central do golpe que é escancarar a exploração do pré-sal para as empresas estrangeiras. Aprovado o projeto, na prática qualquer campo do pré-sal poderá vir a ser explorado com 100% de participação estrangeira e zero de presença da estatal brasileira. A exclusividade da operação para a Petrobrás é um dos aspectos que oportuniza maior apropriação da renda petroleira, garante segurança ambiental e segurança energética para o país. Com a mudanças no modelo de partilha não há a garantia dessas vantagens para a Petrobrás. No mundo inteiro, a história das petroleiras revela a burla constante das legislações nacionais e da total ausência de preocupação com a destinação social do petróleo e gás.

O projeto de Serra que originou o Projeto de Lei 4567/16, visa cumprir sua promessa feita à multinacional norte americana Chevron em 2010, de rever o modelo de partilha e retirar a Petrobrás do controle das reservas existentes no pré-sal. O golpe de Estado no Brasil tem vários objetivos, porém, tudo indica que o principal seja acabar com a Lei de Partilha, abrindo a riqueza do pré-sal para a cobiça das multinacionais do petróleo. A liberação da operação do Pré-Sal faz parte do plano de acabar com o regime de partilha, conquista histórica do povo brasileiro, para garantir que a maior reserva de petróleo da atualidade, fique à serviço do desenvolvimento nacional e da melhoria de vida da população.

Não iremos permitir que o nosso passaporte para o progresso seja entregue à Chevron e às outras multinacionais, conforme promessa feita por José Serra. Mas se nós, trabalhadores e o povo brasileiro, não nos mobilizarmos e realizarmos uma vigorosa campanha nacional, as multinacionais, auxiliadas pelos entreguistas, vão levar a riqueza do pré-sal.



Não iremos permitir que o nosso passaporte para o progresso seja entregue à Chevron e às outras multinacionais, conforme promessa feita por José Serra. Mas se nós, trabalhadores e o povo brasileiro, não nos mobilizarmos e realizarmos uma vigorosa campanha nacional, as multinacionais, auxiliadas pelos entreguistas, vão levar a riqueza do pré-sal.